

Para economista, a prioridade do governo será manter reservas

por Vera Saavedra Durão
do Rio

Neste semestre, o governo passou a enfocar a defesa das reservas internacionais do País como o ponto mais importante de sua política econômica, na luta contra a hiperinflação. O objetivo mais imediato, agora, não é mais reduzir a taxa de inflação, avalia o economista da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Alberto Espejo, para quem a variação mensal dos preços poderá ser sustentada a níveis entre 30 e 40% até as eleições de novembro.

Para Espejo, especialista em hiperinflação e autor da tese premiada, neste ano, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), intitulada "O plano de estabilização heterodoxo: a experiência comparada da Argentina, Brasil e Peru", as autoridades econômicas ao defender as reservas estão indo no rumo certo. "A defesa das reservas internacionais é a medida mais consistente que o governo pode adotar para evitar o estouro final", disse. Na sua análise, a perda de reservas levaria ao descontrole da taxa de câmbio, impossibilitando o País de gerir uma política cambial, acionando o "gatilho" da hiperinflação, como ocor-

reu no Peru e na Argentina. A suspensão parcial do pagamento dos juros aos credores externos é vista pelo economista da PUC-RJ, juntamente com a centralização do câmbio, como decisão coerente no contexto de preservação das reservas. Espejo não crê que haja represálias dos credores ao Brasil por esta atitude. "Os bancos credores sempre encaram este fato, no caso de um governo que está saindo, como um adiamento a ser acertado com o novo governo."

Um novo choque heterodoxo na economia brasileira, neste semestre, não levará a solução nenhuma, na visão do especialista em hiperinflação, para quem o governo poderá sustentar taxas de inflação entre 30 e 40% até as eleições, caso não adote este tipo de medida e se mantenha na defesa de suas reservas.

Na visão do economista, as experiências de estabilização heterodoxas reduziram em muito os graus de liberdade de se praticar política econômica no Brasil, Argentina e Peru. "Só é possível fazer ajustes contra a inflação, ou uma política econômica interna, tendo certa tranquilidade no "front" externo — achando uma solução para a dívida externa — da economia, adverte Alberto Espejo.